

ENTRE EQUÍVOCOS E CONQUISTAS EDUCACIONAIS: A HISTÓRIA DA POPULAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL

ENTRE ERRORES Y LOGROS EDUCATIVOS: LA HISTORIA DE LA POBLACIÓN INDÍGENA EN BRASIL

Cairê Moreno TOVANI¹

Celia Ortegás de OLIVEIRA²

Sandra Ortegás de OLIVEIRA³

Ilma Regina Castro Saramago de SOUZA⁴

1

Resumo: Este trabalho insere-se no campo da educação e da diversidade, em especial no que tange as questões referentes aos povos indígenas brasileiros. Tem como objetivo discutir os equívocos que atravessaram a história dos povos indígenas, a partir da sua colonização, bem como as lutas que travaram e as conquistas que tiveram no decorrer dos séculos, inclusive quanto a educação escolar. A metodologia adotada pauta-se no estudo bibliográfico, perpassando por estudos de documentos legais que garantem aos indígenas o direito como cidadãos brasileiros, conforme a Constituição Federal Brasileira de 1988, o direito a educação escolar diferenciada conforme a Lei de Diretrizes e Bases de 1986, dentre outros dispositivos que ampliam o respeito por sua cultura, língua e modo próprio de aprendizagem. Espera-se que as discussões aqui feitas contribuam para que os equívocos, referentes as histórias dos indígenas, sejam desconstruídos e para que instigue novas discussões e aprofundamentos acerca da temática.

Palavras-chave: População indígena. Lutas. Desconstrução. Educação escolar indígena.

Resumen: Este trabajo es parte del campo de la educación y la diversidad, especialmente en lo que respecta a los temas relacionados con los pueblos indígenas brasileños. Tiene como objetivo discutir los errores que han atravesado la historia de los pueblos indígenas, desde su colonización, así como las luchas que han librado y las conquistas que han tenido a lo largo de los siglos, incluso en materia de educación escolar. La metodología adoptada se basa en el estudio bibliográfico, pasando por estudios de documentos legales que garantizan a los pueblos indígenas el derecho como ciudadanos brasileños, según la Constitución Federal Brasileña de 1988, el derecho a la educación escolar diferenciada según la Ley de Directrices y Bases de 1986, entre otros dispositivos que aumentan el respeto por su cultura, idioma y su

¹ Acadêmico do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: kakotovani@gmail.com

² Acadêmica do curso de Pedagogia da UFMS. E-mail: celia.oliveira1729@gmail.com

³ Acadêmica do curso de Pedagogia da UFMS. E-mail: sandraortegasoliveira@gmail.com

⁴ Doutora em Educação, docente do curso de Pedagogia da UFMS. E-mail: ilmasaramago@hotmail.com

propria forma de aprender. Se espera que las discusiones aquí realizadas contribuyan a que el malentendido, respecto de las historias de los pueblos indígenas, sea deconstruido y que suscite nuevas discusiones y más discusiones sobre el tema.

Palabras clave: Población indígena. Peleas. Deconstrucción. Educación escolar indígena.

Introdução

A história da população indígena, no Brasil, sempre foi permeada por equívocos, lutas e tensões. A chegada dos espanhóis e dos portugueses, nos anos de 1500, foi marcada por todos os tipos de violência. A cultura, língua, modo de ser e de viver desta população foram desrespeitadas, ficando como registro a imposição de uma cultura, língua e religião estrangeira.

Somente a partir de muita luta, resistência e ressignificações, os indígenas conseguiram que seus direitos fossem garantidos na Constituição Federal Brasileira de 1988, Lei que foi ampliada em diferentes outros documentos legais, inclusive fazendo prevalecer o direito a uma educação escolar diferenciada com a seguridade do ensino da língua materna como primeira língua, do respeito aos diferentes aspectos culturais do seu cotidiano.

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo discutir os equívocos que atravessaram a história dos povos indígenas, a partir da sua colonização, bem como as lutas que travaram e as conquistas que tiveram no decorrer dos séculos, em especial ao que tange a educação escolar. Pauta-se no estudo bibliográfico e também nos estudos de alguns documentos legais como, por exemplo a Constituição Federal Brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (1996) e o Referencial Nacional Curricular para as Escolas Indígenas (1998). Espera-se que os resultados do trabalho contribuam para que os equívocos, referentes as histórias dos indígenas, sejam desconstruídos e para que instigue novas discussões e aprofundamentos acerca da temática.

Uma história atravessada por equívocos

O termo Índio foi cunhado durante a colonização, quando Colombo e sua comitiva, equivocadamente, pensaram ter desembarcado na Índia. Ao se depararem com os habitantes ali encontrados, os denominaram de índios. Mais tarde, ao ser dicionarizado, o termo índio

ganhou na Língua Portuguesa o significado de “nativo” ou “natural de um lugar” (LUCIANO, 2006, p.29-30).

Maher (2006), salienta que em 1500 a população indígena, em território nacional, era de 4 milhões de habitantes, e existiam entre 1300 a 1500 línguas. Após um longo processo de colonização, de violência, de imposição cultural e guerras territoriais, esse número reduziu para cerca de 370.000 mil indígenas, sendo 220 povos distintos e 180 línguas indígenas vivas (MAHER, 2006, p.12-13).

Desde a chegada dos colonizadores em território brasileiro, muitos equívocos foram construídos ao redor da figura dos indígenas, do seu modo próprio de ser e de viver. Ao estudar a história dos povos indígenas, Freire (2016) destaca que há muitos equívocos a respeito destes grupos, dos quais destaca cinco deles: O primeiro equívoco é quanto a unicidade dos povos indígenas, sob a crença de que todos são iguais, construídos como “[...] um bloco único, com a mesma cultura, compartilhando as mesmas crenças, a mesma língua” (p. 5). Tal afirmação inicia-se com os ensinamentos escolares, com os discursos de que todos os índios são iguais e fazem parte de um mesmo grupo, generalizando sua existência e ignorando as suas diferenças.

Maher (2006), ao enfatizar a existência de 220 etnias sobreviventes no Brasil, deixa claro a urgência de que as novas gerações de brasileiros compreendam que não há uma unicidade indígena, mas que existem povos indígenas com as suas peculiaridades culturais, linguísticas e modos diferentes deles estarem no mundo.

O que se tem, em nosso país, são 220 etnias diferentes, com línguas diferentes, crenças diferentes, modos diferentes de estar no mundo, de atribuir sentido às coisas do mundo. Por isso, creio que algo importante e urgente a ser ensinado às crianças brasileiras é que não existem “índios”, em abstrato, no Brasil: existem 220 povos indígenas em nosso país (MAHER, 2006, p.16).

A autora diz que, de alguma forma, “todos somos generalizados”, porém a nossa generalização, normalmente, não apaga a nossa identidade. Explica que “quando um português ou um francês dizem que são europeus, essa denominação genérica não apaga a particular” (MAHER, 2006, p. 6). Esta mesma observação deve ser considerada quanto aos grupos indígenas, pois:

[...] mesmo se considerarmos os grupos que falam línguas da mesma família lingüística – como é o caso dos Xavante, dos Kaingang e dos Xikrin, todos falantes de línguas Jê –, ainda assim as diferenças entre esses povos não são nada desprezíveis. Pensar o contrário seria o mesmo que pensar que um italiano, um francês e um brasileiro, porque falam línguas românicas, seriam idênticos (MAHER, 2006, p.14).

O segundo equívoco, elencado por Freire (2016-2), é de que os indígenas possuem uma “cultura atrasada”. Este discurso foi usado de forma muito veemente pelos colonizadores, até mesmo como argumentos para justificar as atrocidades cometidas pelos estrangeiros. A isto, soma-se os aspectos linguísticos, quando uma língua é colocada em posições privilegiadas em relação a outras, no caso específico da língua indígena sendo colocada em lugar menos importante na sociedade.

O que existe são falantes que, na estrutura social, ocupam posições privilegiadas em relação aos falantes de outras línguas, dando a falsa impressão de que suas línguas são superiores, quando do ponto de vista estritamente linguístico, não existe língua rica e língua pobre (FREIRE, 2016-2, p.8).

O terceiro equívoco que geralmente ocorre para com os povos indígenas, Freire (2016-2) denominou de a “cultura congelada”, que em outras palavras diz respeito a visão estereotipada e genérica a respeito deles. Essa visão, da mesma forma, nasce no período da colonização, ramifica-se e cristaliza-se pela sociedade no decorrer dos séculos. A imagem construída acerca do indígena é de que todos eles vivem “nus ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi descrito por Pero Vaz de Caminha” (FREIRE, 2016-2, p.13).

Nessa perspectiva, fica impresso que qualquer mudança, desconstrução ou reconstrução cultural ou linguística, por parte dos indígenas, aguça a ideia de que eles não são mais índios, pois deixaram a sua cultura ou língua para serem “brancos”, não indígenas.

O quarto equívoco diz respeito a crença de que “os índios pertencem ao passado”. Tal crença tem uma relação singular com o terceiro equívoco, já supracitado, pois devido aos contatos constantes com a sociedade ocidental e as influências recebidas pelos indígenas, a ideia é de que todos os povos ameríndios foram assimilados à referida sociedade, portanto, toda sua história pertence ao passado.

O quinto e último equívoco apontado pelo autor indica que “o brasileiro não é índio”, mas, é uma visão eurocêntrica que propagou no discurso popular. Cabe, neste sentido, recuperar que a população brasileira é formada e composta por diferentes matrizes, cada uma delas com suas especificidades e características singulares, a saber:

1. As matrizes europeias, assim no plural, representadas basicamente pelos portugueses, mas também pelos espanhóis, italianos, alemães, poloneses, etc.;
2. As matrizes africanas, também no plural, da qual participaram diferentes povos como os sudaneses, yorubás, nagôs, gegês, ewes, haussá, bantos e tantos outros;
3. Finalmente, as matrizes indígenas, formadas por povos de variadas famílias linguísticas como o tupi, o karib, o aruak, o jê, o tukano e muitos outros. (FREIRE, 2016-2, p.20)

Das características singulares de cada povo, o Brasil tornou-se um lugar plural, múltiplo, onde atravessam diferentes culturas, línguas, modo de ser e de viver, tornando-se, assim, um País de “gente de toda cor”, conforme canta o poeta Renato Luciano.

Nas águas da desconstrução dos equívocos

O processo de desconstrução é atravessado por muitas dúvidas, conflitos e tensões. Conceitos e ideias, quando cristalizadas, demandam tempo e muito desprendimento para serem modificadas e reconstruídas. São nestas águas que encontram-se a desconstrução dos equívocos que por décadas acompanham a história dos povos indígenas no Brasil.

Dentre todos os atores que envolvem esta história, os próprios indígenas são os protagonistas para as quebras de paradigmas e as desconstruções necessárias para uma nova história, cuja autonomia seja reconhecida e cujos direitos sejam respeitados diante da sociedade global (LUCIANO, 2006).

Estudos realizados por Chamorro (2008), Galeano (2010), dentre outros autores que discutem a questão indígena, apontam que as lutas dos indígenas a sua sobrevivência iniciaram na colonização com a chegada dos espanhóis e os portugueses, cujo objetivo era “invadir e dominar os espaços considerados privilegiados em recursos naturais [...]”, o que contribuiu para “[...] a escravização dos índios, bem como para a fundação de vilas e cidades” (SOUZA, 2008, p. 2).

Ademais, a imposição religiosa, em especial liderada pela companhia de Jesus, tinha como objetivo civilizar os indígenas por meio da catequização, cujo ensino traria a eles a “plenitude da condição humana”. Com propostas assimilacionista e integracionista, os jesuítas provaram o desconhecimento e o desrespeito pelos povos da floresta, pela sua cultura, sua língua e todas as peculiaridades que os cercavam.

Mesmo com todas as explorações e imposições da igreja, os indígenas não se intimidaram. Ainda que diversas doenças como a gripe, o sarampo, e a tuberculose dizimassem uma grande parte dos indígenas, os que sobreviveram buscaram na sua sabedoria tradicional os medicamentos necessários para manterem-se vivos (GALEANO, 2010).

As explorações sexuais contra as mulheres não foram poucas, resultando na mestiçagem, que custou a vida de muitas delas ao tentarem evitar tal atrocidade de violência. Chamorro (2008) salienta que muitas mulheres, ao engravidarem dos seus algozes, provocavam o aborto ou mesmo suicidavam-se como forma de recusa da situação.

Os séculos que atravessaram a colonização demonstraram o quanto os indígenas foram capazes de resistir a todas as violências que sofreram e que os tornaram mais fortes para os novos desafios de uma outra história (SOUZA, 2019).

Mediante a vulnerabilidade dos indígenas e as diversas acusações de que o Brasil estava exterminando os povos aborígenes, o governo brasileiro cria, em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) com o objetivo de prestar assistência aos indígenas. Embora, o SPI tenha sido criado para a proteção dos indígenas, Luciano (2006), ressalta que o órgão governamental servia ao interesse dos grupos econômicos e negociava a desocupação de indígenas em áreas de atritos entre índios e fazendeiros, mineradoras, madeireiras, entre outros (LUCIANO, 2006, p.177-178).

A partir de então, as causas indígenas tomaram novos rumos, dentre eles o interesse de órgãos governamentais e não governamentais em conhecer e discutir temáticas referentes a esta população específica. Nasce destas discussões, movimentos relativos aos direitos humanos, bem como a possibilidade de dispositivos legais que os contemplassem enquanto cidadãos.

Para tanto, após seis constituições brasileiras, a Constituição Federal Brasileira de 1988 traz em seus artigos e parágrafos dispositivos que asseguram aos indígenas a sua cidadania

como brasileiros, bem como a obrigatoriedade do respeito às suas especificações culturais, linguísticas e ao seu modo próprio de aprendizagem. Sendo a referida Constituição um marco central para a população indígena, norteou novos outros dispositivos que dizem respeito ao território, a saúde, a educação.

Nas águas da desconstrução dos equívocos, os indígenas têm tido um papel primordial no que tange a educação escolar. Sujeitos de uma educação milenar, tem nas suas tradições uma forma singular de ensino e aprendizagem. Maher (2006) considera que a educação indígena está ligada intrinsecamente a *organização indígena*, diz respeito a forma como uma tribo divide seus costumes, a estruturação organizacional específica de cada povo.

Nas sociedades indígenas, o ensinar e o aprender são ações mescladas, incorporadas à rotina do dia a dia, ao trabalho e ao lazer e não estão restritas a nenhum espaço específico. A escola é todo o espaço físico da comunidade. Ensina-se a pescar no rio, evidentemente. Ensina-se a plantar no roçado. Para aprender, para ensinar, qualquer lugar é lugar, qualquer hora é hora... (MAHER, 2006, p.17).

Luciano (2006), em acordo com Maher (2006), explica que uma das funções da organização educacional indígena, seja elas políticas ou cognitivas, é a distribuição social das funções, tarefas e responsabilidade que cada indivíduo terá na comunidade.

[...] existem os grupos especializados na formação de pajés e xamãs, que são responsáveis pela segurança espiritual e física dos indivíduos e do povo. Há os responsáveis pela formação de guerreiros e pelas técnicas de guerras, o que inclui o domínio de conhecimentos exclusivos na área de fabricação de armas. Existem ainda grupos especializados na formação de caçadores e pescadores e na fabricação de utensílios, como canoas, cerâmicas e outros bens relevantes e estratégicos para o povo e para os outros aliados próximos (LUCIANO, 2006, p. 63).

O autor pontua que, embora já se passaram muitos anos desde a colonização, ainda há uma ideia muito generalizada e equivocada quanto a educação indígena e o seu processo de ensino e aprendizagem.

Nada mais equivocado, posto que os saberes ancestrais são transmitidos oralmente de geração em geração, permitindo a formação de músicos, pintores, artesões, ceramistas ou cesteiros, além de todos saberem cultivar a terra e a arte de caçar e pescar (LUCIANO, 2006, p.130).

Para Luciano (2006), a oralidade é uma característica fundamental entre os povos indígenas e que a partir dela são transmitidos os ensinamentos para a formação de todas as gerações.

Sem deixar de lado a importância e a relevância que merece a educação indígena, a educação escolar indígena é um outro seguimento que tem sido pauta de discussões e reflexões. Nos últimos anos, essa temática tem emergido, no sentido de esclarecer dúvidas e desconstruir equívocos.

A educação escolar indígena, conforme supracitado, foi mencionada pela primeira vez, como direito na Constituição Federal Brasileira de 1988, no Art. 210, parágrafo 2º e discorre acerca do respeito à língua materna e do seu ensino como primeira língua. Maher (2006) salienta que, neste documento, os indígenas tiveram “[...] o direito de terem suas línguas, seus costumes e seus princípios educacionais respeitados no processo de escolarização formal” (p. 23).

Estes direitos ampliaram-se com as Leis de Diretrizes e Bases, de 1996 (LDB). O Artigo 78, parágrafo I, assegura aos indígenas a recuperação das suas memórias, a recuperação de suas identidades e a valorização de suas línguas e ciências (BRASIL, 1996). Já o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, de 1998 (RCNEI), além de propor que a liderança indígena participe efetivamente das decisões educacionais, propõe que cada escola indígena “construa o seu próprio referencial de análise e avaliação do que nela está sendo feito e, ao mesmo tempo, elabore um planejamento adequado para o que nela se quer realizar” (BRASIL, 1998).

Ademais, Portarias e diferentes Resoluções Federais, Estaduais e Municipais elencam direitos que garantam aos indígenas uma educação de qualidade, cujo propósito seja atender às especificações, necessidades e demandas de cada comunidade.

Nesta direção, embora os equívocos ainda sejam muito fortes quanto à história da população indígena, no Brasil, observa-se que aos poucos eles vão sendo desconstruídos graças às lutas dos próprios indígenas, da sua resistência e da maneira que cada povo resignifica a sua cultura e o seu modo próprio de aprendizagem. Para Souza (2019), foi resistindo que os indígenas conseguiram ver seus direitos garantidos, foi resistindo que tiveram a possibilidade de sonhar com educação diferenciada, com respeito à sua cultura,

a sua língua e as suas especificidades, embora ainda haja muito caminho à percorrer para a sua completa efetivação, foi resistindo que os indígenas tornaram-se professores e tiveram voz nos diversos seguimentos sociais para dizer o que pensam e o que desejam para o seu povo, foi, e, é resistindo que os indígenas brasileiros podem desconstruir os equívocos produzidos durante séculos e contar novas histórias, a partir da sua própria perspectiva para as suas futuras gerações.

Considerações Finais

A chegada dos colonizadores espanhóis e portugueses ao Brasil resultou em diferentes histórias, muitas delas trazem em seu bojo equívocos que perpetuam até hoje. Em meio a estas histórias e estes equívocos estão os povos indígenas. Explorados de todas as formas possíveis esta população específica foi considerada como povo único, sem cultura, sem religião e sem pátria.

Somente após séculos de lutas e resistência os indígenas começaram a ter os seus direitos garantidos, inicialmente assegurando o seu direito enquanto cidadão brasileiro, integrante efetivo da construção do Brasil. Da mesma forma, com base nos dispositivos legais conquistou o reconhecimento de ser diferente, cuja cultura e língua são distintas e devem ser respeitadas independente da sua etnia.

As questões educacionais ganharam novas pautas nos documentos que sucederam a Constituição Federal Brasileira de 1988, com propostas interculturais os documentos garantiam a construção de escolas em território étnicos, a obrigatoriedade do ensino público e gratuito, a formação de professores com respeito as singularidades e especificidade de cada povo.

Aos poucos, a história dos povos indígenas vai passando pelas águas da desconstrução dos equívocos... Novas histórias vão sendo construídas por seus protagonistas que cotidianamente ganham espaço no campo da educação e de tantos outros campos pelos quais podem e poderão percorrer.

Referências Bibliográficas

- TOVANI, Cairê Moreno; OLIVEIRA, Celia Ortegás de ; OLIVEIRA, Sandra Ortegás de; SOUZA, Ilma Regina Castro Saramago de. ENTRE EQUÍVOCOS E CONQUISTAS EDUCACIONAIS: A HISTÓRIA DA POPULAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL Horizontes – Revista de Educação, Dourados-MS, v. 9, n. 03, 2020. Faculdade de Educação (FAED) Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) DOI 10.30612/hre.v9i16.13093

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição Da República Federativa do Brasil**. 17^o ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação - Coordenação de Publicações, 2001.

_____. **Resolução CEB N^o 3, de 10 de novembro 1999**. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Brasília: 1999.

_____. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Ministério da Educação e do desporto - Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998.

_____. Lei n^o 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, n. 248, 23 de dez. 1996.

CHAMORRO, Graciela. **Terra madura, yvy araguyje: fundamento da palavra guarani**. Dourados, MS: UFGD, 2008.

LUCIANO, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. **Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**, 2006.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. **Revista ensaios e pesquisa em educação**. V. 1, p. 1-23, .2016-2.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&MP, 2010.

MAHER, Terezinha Machado. Formação de Professores Indígenas: uma discussão introdutória. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**, p. 11, 2006.

SOUZA, Ilma Regina Castro Saramago. **Práticas pedagógicas e diálogos interculturais no cotidiano da educação escolar indígena dos Guarani e Kaiowá em Dourados/MS**. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2019. (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/MS: UFGD, 2019.

SOUZA, M. G. Revisitando a história: colonização portuguesa e subordinação cultural. **IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Textos Completos**, p. 1-15, 2008.

Enviado: 30/06/2020

Aceito: 31/08/2020